



**MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR**  
**CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL DE 12 DE ABRIL DE 2024**

1 No dia doze de abril de dois mil e vinte e quatro, na plataforma *Microsoft Teams* por  
2 videoconferência, foi realizada a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Promoção da  
3 Igualdade Racial - CNPIR. Estiveram presentes, pelo Poder Público, a Conselheira Suplente da Casa  
4 Civil da Presidência da República (CC/PR), **Dalila Fernandes De Negreiros**; o Conselheiro Suplente  
5 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), **Dayvid Souza Dos Santos**; a Conselheira  
6 Titular do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), **Daniela Luciana Da**  
7 **Silva**; o Conselheiro Suplente do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), **Elizeu Soares**  
8 **Lopes**; a Conselheira Titular do Ministério das Mulheres (MMulheres), **Vânia Viana Santos**.  
9 Estiveram presentes, pela Sociedade Civil, a Vice-Presidente e Conselheira Titular da União de  
10 Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), **Marina Lais Duarte Da Silva**; a Conselheira Titular  
11 da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), **Iraneide Soares Da Silva**; o Conselheiro  
12 Titular da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), **Delton Aparecido Felipe**; o  
13 Conselheiro Titular da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs), **Nuno Coelho**  
14 **De Alcantara Junior**; a Conselheira Titular da Associação Nacional das Mulheres Ciganas  
15 (ANMC), **Edvalda Bispo Dos Santos Viana**; o Conselheiro Suplente da Associação Nacional das  
16 Mulheres Ciganas (ANMC), **Marcos Túlio Costa Gattas**; a Conselheira Titular da Casa de Cultura  
17 Ile Ase D'osoguiã (CCIAO), **Mãe Tuca D'Osoguiã**; a Conselheira Titular da Central Única dos  
18 Trabalhadores (CUT), **Maria Júlia Reis Nogueira**; o Conselheiro Titular do Centro de Estudos e  
19 Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), **Gilvan Ferreira De Souza**; o Conselheiro Titular da  
20 Coalizão Negra Por Direitos (CND), **Airton Ferreira Da Silva**; o Conselheiro Titular do Coletivo  
21 de Entidades Negras da Bahia (CEN-BA), **Antonio Ricardo Herculano Da Silva**; o Conselheiro  
22 Titular do Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER), **Lucas Ferreira Do Nascimento**;  
23 o Conselheiro Titular da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), **Igor Correia Dos**

**Prazeres;** a Conselheira Titular do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), **Iyá Vera Beatriz Soares;** a Conselheira Suplente do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, **Anna Maria Canavarro Benite;** a Conselheira Titular do Instituto Alma Preta Jornalismo, **Elaine Maria Da Silva De Toledo;** a Conselheira Suplente do Movimento Negro Unificado (MNU), **Karen Liliane Do Nascimento;** o Conselheiro Titular da Rede Amazônia Negra (RAN), **Paulo Axé.** Esteve presente, como Notório-Saber o Conselheiro **Wanderson Flor do Nascimento.** Como convidada, esteve presente **Maria Dandara Gonçalves de Almeida** (Coordenadora da Diretoria de Ações Governamentais do MIR). Por fim, estavam igualmente presentes a equipe da Secretaria-Executiva do Conselho, composta pela Secretária-Executiva do Conselho, **Larissa da Cruz Santiago;** Coordenadora da Secretaria-Executiva do Conselho, **Híris de Paulo Martins,** e Assistente Administrativa do CNPIR, **Edna Gabrielle da Silva.**

**Dia 12/04/2024** – A reunião foi iniciada. Com a palavra, a Conselheira Dalila Fernandes de Negreiros salientou a importância de realizar a convocação da conferência. Informou que, o decreto foi encaminhado para a Casa Civil, argumentou que é imprescindível estar atento ao período eleitoral para evitar conflitos no calendário. O Conselheiro Airton Ferreira da Silva asseverou que a próxima reunião presencial ocorrerá em uma terça-feira, uma quarta-feira e uma quinta-feira, caracterizada por ser feriado. Relatou que, foi sugerido a ocorrência das reuniões nos dias 27 e 28 e o retorno dos conselheiros no dia 29. A Conselheira Mãe Tuca solicitou uma devolutiva do andamento dos trâmites legais com a PNUD e a FLACSO. A Sra. Larissa da Cruz Santiago ressaltou que não estão com *quórum*, recordou que o calendário foi pactuado na última reunião presencial, o feriado não foi citado e que o processo de passagens foi iniciado. Comunicou que verificará a possibilidade de alteração e que haverá dois dias de reunião: um dia de reunião e outro de oficinas da V CONAPIR. Argumentou que a mudança da data pode comprometer a participação de convidados, pois a disponibilidade do convidado deve ser verificada. Relembrou que, foi solicitado que a sociedade civil chegasse antecipadamente para se reunir e tratar de assuntos relacionados a reunião. Esclareceu que, as diárias e passagens não são pagas no domingo, e que, com a mudança, trabalhariam no domingo. No que concerne ao contrato com a Flacso, notificou que o processo está em andamento interno. Logo após, a Conselheira Mãe Tuca salientou que a última reunião foi atípica e que os conselheiros devem estar atentos aos feriados. A Vice-Presidente Marina Laís Duarte da Silva informou como pauta: 1. Abertura; 2. Informes da Secretaria-Executiva sobre a V CONAPIR; 3. Abertura para fala; 4. Informes da Secretaria-Executiva sobre o Observatório Amefricanidades; 5. Abertura para fala; 6.

56 Informes Finais; 7. Aprovação da ata. No tocante aos informes sobre a V CONAPIR, a Sra. Larissa  
57 da Cruz Santiago discorreu que, pretendiam apresentar a minuta do decreto na reunião anterior, que  
58 foram discutidas as datas e etapas prévias, e o tema com pontos focais das secretarias Secretaria  
59 Especial de Assuntos Parlamentares (SEPAR), Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e  
60 Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SQPT) e Secretaria de  
61 Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SENAPIR). Recordou que  
62 concordaram com a divisão do tema em duas partes e que foi ressaltado o perigo de continuar com a  
63 parte final do tema. Relatou que foi realizado um debate interno sobre a introdução do trecho: “*toda*  
64 *a população étnico-racial brasileira*”. Manifestou preocupação em atrair a atenção de pessoas que  
65 possivelmente não possuem o interesse de conversar. Relatou que o Sr. Luciano Goes, coordenador  
66 de assuntos jurídicos da Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação, sugeriu  
67 como temas: “*igualdade racial e democracia, reparação e justiça para o futuro do Brasil, igualdade*  
68 *racial e democracia, reparação e justiça para um futuro brasileiro e igualdade racial e democracia,*  
69 *reparação e justiça para reconstrução da verdadeira democracia racial brasileira*”. A Sra. Maria  
70 Dandara Gonçalves de Almeida lembrou que foi manifestada a preocupação do tema “*população*  
71 *étnico-racial brasileira*” pois pode atingir públicos diferentes não relacionados ao assunto.  
72 Complementou que, foi proposto utilizar o tema “*igualdade racial e democracia, reparação e justiça*  
73 *racial para a população brasileira*” e ressaltada a preocupação de repassar os temas aos conselheiros.  
74 A Sra. Larissa da Cruz Santiago salientou que, foi sugerido que os pontos focais enviassem propostas  
75 e que o tema finalizasse no termo “*justiça racial*”. Iniciadas as discussões, a Conselheira Mãe Tuca  
76 aconselhou apresentar a proposta escolhida pelo Pleno e as sugestões. A Sra. Larissa da Cruz Santiago  
77 cientificou que, foi recomendado como proposta: democracia, igualdade racial, democracia e  
78 reparação e justiça racial, sendo cinco propostas de tema. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres  
79 questionou qual é o tema orientado pelo setor jurídico. A Sra. Larissa da Cruz Santiago respondeu  
80 que receberam orientações para a redução do tema. O Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento  
81 alegou que, as duas primeiras propostas são semelhantes, que a terceira é mais extensa e que a palavra  
82 democracia surgiu duas vezes nas propostas. Sugeriu a proposta igualdade racial e verdadeira  
83 democracia, reparação e justiça racial se aproximaria. Alegou que a terceira proposta apresenta  
84 problemas como repetição, além de ser mais extensa. Ponderou que a primeira proposta é mais enxuta  
85 e atende a ASCOM. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres solicitou mais informações sobre a  
86 população para a conferência. Acrescentou que a primeira proposta atende a ASCOM. Declarou que  
87 democracia é inclusão e que não poderão evitar a participação de outras populações na conferência,

88 pois os municípios e estados devem eleger a delegação. A Conselheira Dalila Fernandes de Negreiros  
89 questionou se a proposta anterior incluía todos os grupos étnico-raciais brasileiros. Pontuou que é  
90 complexo envolver toda a população étnico-racial brasileira, pois envolve toda a população brasileira.  
91 Acrescentou que, as conferências estão direcionadas para as populações étnico-raciais. Salientou que  
92 no decreto de comunidades e povos tradicionais apresentam 30 segmentos e grupos com outros perfis.  
93 Argumentou que, a proposta sobre a reconstrução da verdadeira democracia racial é mais longa e que  
94 o termo “*democracia racial*” seria discutido na conferência. Concordou com a seguinte proposta:  
95 igualdade racial, democracia, reparação e justiça racial. Discordou do acréscimo do trecho: “para um  
96 futuro brasileiro”. Concordou com o trecho “*para o futuro do Brasil*”, porém não é necessário.  
97 Afirmou que os conteúdos da conferência complementariam o assunto. A Conselheira Anna Maria  
98 Canavarro Benite ponderou que, em todos os títulos a palavra racial aparecerá duas vezes em cada  
99 proposta e que o campo semântico todas as “populações étnico-raciais” ou “todo o Brasil” também  
100 parece ser semelhante. Concordou com a reunião prévia com o movimento das organizações sociais  
101 para delimitar o público e, pontuou que, deve ser refletido se continuará com a sugestão “*justiça*  
102 *racial e igualdade racial*”. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior alegou que o tema deve  
103 ser bastante debatido, pois será discutido na conferência. Acrescentou que é importante discutir a  
104 política, que estão em busca da democracia e da justiça racial. Arrazouou que, discutir sobre a  
105 democracia racial permite criar um conflito com o movimento negro. Complementou que é necessário  
106 buscar uma afirmação maior da democracia no país e que estão pautando no movimento social a  
107 reparação histórica e a justiça. Concordou com o primeiro título. A Sra. Larissa da Cruz Santiago  
108 notificou que, o tema da última Conferência Nacional da Cultura foi “*democracia e direitos culturais*”  
109 e o tema da 3ª Sessão do Fórum de Afrodescendentes será “*A Segunda Década Internacional para os*  
110 *Afrodescendentes: Combate ao Racismo Sistêmico, Justiça Reparadora e Desenvolvimento*  
111 *Sustentável*”. A Conselheira Vânia Viana Santos concordou com a proposta 1 e aconselhou retirar o  
112 trecho “*o futuro do Brasil*”. A Conselheira Mãe Tuca ressaltou a preocupação com a discussão com  
113 o tema, pois poderão ser divididos em subtemas. Concordou com a proposta “*igualdade racial e*  
114 *democracia, reparação e justiça racial*” e com a supressão do trecho “*futuro do Brasil*”. Enfatizou  
115 que deseja visualizar uma apresentação do relatório final da IV Conapir e que é necessário separar  
116 sociedade civil da gestão. Concluiu informando que a conferência é competência dos conselheiros.  
117 Com a palavra, o Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento sugeriu como proposta: “*igualdade e*  
118 *democracia: reparação e justiça racial*”. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres concordou com a  
119 proposta do Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento. Salientou a importância e da ancestralidade

120 da exposição de motivos. Em relação ao tema, expressou preocupação quanto a realização da  
121 conferência da melhor forma possível. A Conselheira Daniela Luciana da Silva concordou com a  
122 proposta do Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento. Complementou que a mudança está sendo  
123 realizada. A Conselheira Mãe Tuca comunicou que sua proposta está no *chat*. A Conselheira Maria  
124 Julia Reis Nogueira afirmou que estão retornando ao assunto e que é necessário definir o tema, pois  
125 o decreto não será publicado durante a tomada de decisão. Complementou que, será necessário se  
126 reunir para mudar datas, e lutar para que as políticas de promoção de igualdade racial sejam  
127 efetivamente do estado brasileiro e que o relatório da V Conapir seja política de estado. Salientou que  
128 não deve retomar a discussão sobre o tema. A Sra. Larissa da Cruz Santiago iniciou a votação da  
129 proposta “*igualdade e democracia: reparação e justiça racial*”. A proposta foi aprovada por  
130 unanimidade. Na sequência, transferiu-se para a pauta “Edital Amefricanidades”. A Sra. Larissa da  
131 Cruz Santiago explanou que se trata de um projeto liderado e executado pela Secretaria de Políticas  
132 de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo (SEPAR) e conduzido pelo Diretor de  
133 Combate e Superação do Racismo Yuri Santos Jesus da Silva. Acrescentou que, parte desse projeto  
134 tem um termo de execução com a Universidade Federal do Maranhão, que versa sobre o  
135 estabelecimento do Observatório Amefricanidades. Discorreu que, o projeto prevê trocas entre países  
136 do Sul global e tratará, no próximo intercâmbio, de uma troca com movimentos sociais de Cuba.  
137 Relatou que foi solicitada a indicação de cinco conselheiros do CNPIR para comparecer ao  
138 intercâmbio, que ocorrerá entre os dias 22 e 30 de julho em Cuba. Frisou que deve ser indicado até  
139 segunda-feira para iniciar o processo. Adicionou que pode enviar o *e-mail* do diretor e da  
140 Universidade Federal do Maranhão para todos os conselheiros. O Conselheiro Wanderson Flor do  
141 Nascimento sugeriu indicar três conselheiros desta reunião e destinar as outras vagas ou uma vaga  
142 para organizações ausentes para encaminhar até segunda-feira. A Vice-Presidente Marina Laís Duarte  
143 da Silva alegou que deve ser decidido nesta reunião para acelerar o processo. O Conselheiro Igor  
144 Correia dos Prazeres sugeriu que, as organizações da sociedade civil se reúnam para apresentar uma  
145 proposta e indagou se a indicação de conselheiros é direcionada a sociedade civil. Finalizou se  
146 candidatando como representante da CONEN. A Conselheira Iraneide Soares da Silva anunciou que  
147 a ABPN se candidata a vaga. O Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da Silva se candidatou,  
148 concordou com a conversa com a sociedade civil e definição a proposta hoje. A Vice-Presidente  
149 Marina Laís Duarte da Silva se candidatou representando a UNEGRO. O Conselheiro Nuno Coelho  
150 de Alcantara Junior elucidou que, existem duas categorias direcionadas ao movimento social negro  
151 que são: a Rede de Movimento Negro com a categoria de organizações gerais do movimento negro.

152 Relembrou que foi realizado um acordo com o MNU e APN para não se candidatarem as agendas  
153 internacionais. Asseverou que a RAN e a Coalizão Negra por Direitos não se manifestaram e sugeriu  
154 destinar as quatro primeiras organizações que se candidataram e que seja discutida a quinta vaga. O  
155 Conselheiro Igor Correia dos Prazeres solicitou aos representantes do governo que cedessem as vagas  
156 para a sociedade civil. A Conselheira Maria Albenize Farias Malcher questionou se as organizações  
157 gerais do movimento negro não são consideradas como movimento negro para candidaturas.  
158 Asseverou que, o observatório tem ações mais amplas, inseriu o nome do CEDENPA, sugeriu uma  
159 espacialização de ações dessa diáspora no Brasil e colocou à disposição para participar de outros  
160 eventos e questionou se a participação está restrita a ida a Cuba, pois existem outros processos como  
161 a construção de edital, convênios, pensando na permanência de alunos negros nas universidades e no  
162 ensino médio. A Conselheira Daniela Luciana da Silva concordou, porém declarou que não pode se  
163 tornar uma regra e que podem contribuir com votos. Enfatizou que pode ser verificado que, se houver  
164 acordo, o governo pode não votar e ela se absteve. A Conselheira Maria Julia Reis Nogueira  
165 questionou se foi sugerida uma reunião com a sociedade civil. Foi concordado. A Conselheira Mãe  
166 Tuca se absteve e propôs iniciar a votação. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior salientou  
167 que, com exceção do movimento cigano e das CUT, as demais entidades são do movimento social  
168 negro. Afirmou que, existem segmentos dentro das categorias e para facilitar a disputa, sugeriu  
169 reservar quatro vagas para entidades reconhecidas como movimentos negros. Salientou que, sete  
170 entidades estão competindo por uma vaga e se ganhar, o vencedor representará o conselho e relatará  
171 no retorno. A Sra. Larissa da Cruz Santiago esclareceu que, o diretor solicitou a indicação de cinco  
172 movimentos sociais que integram o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, não tendo  
173 especificidade do movimento e que, o período é de 22 de julho a 30 de julho, período com intensa  
174 atividade relacionada a população negra. Cientificou que seria pouco viável realizar um intervalo para  
175 reunião da sociedade civil. A Conselheira Karen Liliane do Nascimento retirou seu nome da  
176 candidatura. A Conselheira Maria Julia Reis Nogueira frisou que a proposta apresentada é de uma  
177 reunião de 10 minutos e depois a apresentação ao pleno. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres  
178 indagou se a votação ocorreria cinco vezes ou uma vez. A Sra. Larissa da Cruz Santiago respondeu  
179 que ocorrerá apenas uma vez. A Conselheira Daniela Luciana da Silva sugeriu a construção de chapas  
180 para votação. Após intervalo para diálogo entre os representantes de entidades da sociedade civil, a  
181 reunião teve continuidade, de modo que se candidataram e foram aprovados, unanimemente, os  
182 seguintes conselheiros e conselheiras para a atividade Observatório Ameafricanidades em Cuba:  
183 Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN), Conselheiro Iraneide Soares da Silva (ABPN),

184 Conselheiro Antônio Herculano (CEN), Conselheira Marina Laís Duarte da Silva (UNEGRO) e  
185 Conselheira Anna Maria Canavarro Benite (Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado). Por  
186 fim, a Sra. Larissa da Cruz Santiago agradeceu a participação e o comprometimento de todos, de  
187 modo que a Vice-Presidente Maria Duarte encerrou a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho  
188 Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.